

Apicás Energia S.A.

CNPJ: 07.283.824/0001-65

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores acionistas, a Administração da Apiacás Energia S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 07 de abril de 2026.

Diretoria executiva

Bruno Riga

Jayme Barg

Vago

Vago

Vago

Cargo

Diretor-Presidente

Diretor de Operação e Manutenção

Diretor de Construção

Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle

Diretor de Compras

Relações com investidores

Isabel Regina Barroso de Alcântara

Contadora responsável

Camila Silva de Mello

CRC 1RS083577/O-5

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.230	1.239
Títulos e valores mobiliários		390	10.645
Contas a receber de clientes		4.155	3.687
Mútuo a receber		14.803	-
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		494	722
Outros tributos compensáveis		123	123
Almoxarifado		437	323
Adiantamento a fornecedores		17	29
Outros créditos		154	191
Total do ativo circulante		23.803	16.959
<u>Ativo não circulante</u>			
Depósitos vinculados		140	139
Ativo financeiro indenizável (concessão)	4	10.672	9.388
Intangível		4.029	7.944
Total do ativo não circulante		14.841	17.471
Total do ativo		38.644	34.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores		1.951	1.267
Outras obrigações fiscais		301	327
Dividendos a pagar		13.226	4.092
Salários, provisões e encargos sociais		806	848
Encargos setoriais		39	47
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura		174	1.961
Outras obrigações		-	24
Total do passivo circulante		16.497	8.566
<u>Passivo não circulante</u>			
Provisões para processos judiciais		401	382
Total do passivo não circulante		401	382
<u>Patrimônio líquido</u>			
	5		
Capital social		14.217	14.217
Reserva de lucros		7.529	11.265
Total do patrimônio líquido		21.746	25.482
Total do passivo		38.644	34.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	Não auditada 2024
Receita líquida	6	38.041	28.452
Custo	7	(12.004)	(15.757)
Lucro bruto		26.037	12.695
<u>Receitas (despesas) operacionais</u>	7		
Despesas gerais e administrativas		(977)	(887)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(335)	(126)
Outras receitas operacionais		37	226
Total despesas operacionais		(1.275)	(787)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		24.762	11.908
<u>Resultado financeiro</u>			
Receitas financeiras		3.032	549
Despesas financeiras		(171)	(346)
Total do resultado financeiro		2.861	203
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		27.623	12.111
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>			
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.416)	(1.155)
Total dos tributos sobre o lucro		(2.416)	(1.155)
Lucro líquido do exercício		25.207	10.956

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	25.207	10.956
Total dos resultados abrangentes do exercício	25.207	10.956

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de lucros			
	Capital subscrito	Reserva legal	Reserva para reforço de capital de giro	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	14.217	2.843	15.020	-	-	32.080
<u>Resultado abrangente total:</u>						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.956	10.956
<u>Transações com os acionistas</u>						
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	-	(14.815)	-	(14.815)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(2.739)	(2.739)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>						
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	8.217	-	(8.217)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (não auditado)	14.217	2.843	23.237	(14.815)	-	25.482
<u>Resultado abrangente total:</u>						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	25.207	25.207
<u>Transações com os acionistas</u>						
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	-	(8.217)	-	(8.217)
Dividendos intercalares	-	-	-	-	(20.726)	(20.726)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	4.481	(4.481)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	14.217	2.843	23.237	(18.551)	-	21.746

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2025	Não auditada 31.12.2024
<u>Atividades operacionais</u>		
Lucro líquido do exercício	25.207	10.956
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais</u>		
Depreciação e amortização	2.971	6.824
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	10	8
Atualização monetária de processos judiciais	19	264
Provisões para processos judiciais	4	3
Provisão de encargos sobre mútuo	(645)	-
Baixa de intangível	1.428	
<u>Redução (aumento) dos ativos</u>		
Contas a receber de clientes	(478)	3.878
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	(1.284)	(25)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	228	540
Depósitos vinculados	(1)	-
Almoxarifado	(114)	192
Adiantamento a fornecedores	12	120
Serviços em curso	-	15
Outros créditos	37	(8)
<u>Redução (aumento) dos passivos</u>		
Fornecedores	684	427
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.759	580
Outras obrigações fiscais	(26)	15
Salários, provisões e encargos sociais	(42)	(13)
Encargos setoriais	(8)	(24)
Outras obrigações	(24)	(1)
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	(1.787)	650
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.759)	(1.211)
Pagamento de processos judiciais	(4)	(4)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	26.187	23.186
<u>Atividades de investimentos</u>		
Adições para ativo intangível	(484)	(329)
Títulos e valores mobiliários	10.255	(6.346)
Empréstimos concedidos	(14.158)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(4.387)	(6.648)
<u>Atividades de financiamentos</u>		
Pagamento de dividendos	(19.809)	(18.400)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(19.809)	(18.400)
Transações que não afetam caixa	-	(3)
Varição no caixa líquido	1.991	(1.865)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.239	3.104
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3.230	1.239

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Apicás Energia S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima, constituída em 06 de outubro de 2006, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é controlada pela Enel Brasil S.A. e tem por objeto social geração e comercialização de energia elétrica de origem hidrelétrica, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais, de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 07 de abril de 2026.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2025

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	As alterações estabelecem requisitos específicos para avaliar quando uma moeda não é conversível e como estimar a taxa de câmbio a utilizar, assim como as divulgações necessárias.	1º de janeiro de 2025
Resolução CVM Nº 223/2024	Aprova a Orientação Técnica OCPC 10 – Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (<i>allowances</i>) e Créditos de Descarbonização (CBIO)	1º de janeiro de 2025

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, e ainda não estão em vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

As principais alterações estão descritas a seguir:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 48 - Instrumentos financeiros e CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante.	1º de janeiro de 2026
	Requisitos de classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.	1º de janeiro de 2026
<i>Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11 (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao Volume 11)</i>	Emenda sobre contas a receber pode levar a mudança na política contábil. As alterações do IASB eliminam o conflito entre o IFRS 9 e o IFRS 15 sobre o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado. Outras alterações incluem o desreconhecimento de passivos de arrendamento. Se um passivo de arrendamento for desreconhecido, então o desreconhecimento é contabilizado de acordo com o IFRS 9. Entretanto, quando um passivo de arrendamento é modificado, a modificação é contabilizada de acordo com o IFRS 16 Arrendamentos.	1º de janeiro de 2026
<i>IFRS 7 - Contratos de compra de energia (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 7)</i>	As alterações visam ajudar as empresas a reportar melhor os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, que frequentemente são estruturados como contratos de compra de energia (PPAs). Esses contratos ajudam as empresas a garantir seu fornecimento de eletricidade a partir de fontes como energia eólica e solar. A quantidade de eletricidade gerada sob esses contratos pode variar com base em fatores incontroláveis, como condições climáticas. Para permitir que as empresas reflitam melhor esses contratos nas demonstrações financeiras, foram realizadas alterações específicas à IFRS 9 Instrumentos Financeiros e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações. As alterações incluem: esclarecimento da aplicação dos requisitos de "uso próprio"; permissão da contabilidade de hedge caso esses contratos sejam utilizados como instrumentos de hedge; e o incremento de novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores entendam o efeito desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma empresa.	1º de janeiro de 2026
CPC 51 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras	Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.	1º de janeiro de 2027

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Green Power

<u>Pronunciamentos novos ou alterados</u>	<u>Natureza da alteração</u>	<u>Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após</u>
	As medidas de desempenho definidas pela administração são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.	
	Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.	
	Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.	

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e contas correntes bancárias	2.675	1.239
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	555	-
Total	3.230	1.239

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

4 Ativo financeiro indenizável

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros na categoria de “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros.

A mensuração do ativo segue o modelo de negócios voltado à recuperação dos investimentos efetuados, cujo valor é apurado com base no Valor Novo de Reposição (VNR), acrescido da atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conforme metodologia definida pela ANEEL. O saldo do ativo financeiro indenizável em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 10.672 (R\$ 9.388 em 31 de dezembro de 2024).

5 Patrimônio líquido

A composição acionária em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada a seguir:

	31.12.2025		Não auditada 31.12.2024	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	14.216.846	100,00%	14.216.846	100,00%
Total	14.216.846	100,00%	14.216.846	100,00%

6 Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2025	2024
Suprimento de energia elétrica	38.774	27.158
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	1.066	2.581
Receita operacional bruta	39.840	29.739
Deduções da receita		
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE	(68)	(54)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(276)	(138)
COFINS	(1.196)	(899)
PIS	(259)	(196)
Total deduções da receita	(1.799)	(1.287)
Total	38.041	28.452

7 Custo e despesas gerais e administrativas

	2025				
	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal	(4.569)	(18)	-	-	(4.587)
Material	(143)	(92)	-	-	(235)
(-) Capitalização dos custos de material	43	-	-	-	43
Serviço de terceiros	(1.772)	(70)	-	-	(1.842)
Serviço de terceiros - partes relacionadas	-	(587)	-	-	(587)
Energia elétrica comprada para revenda	(983)	-	-	-	(983)
Encargos do uso de rede elétrica	(946)	-	-	-	(946)
Seguros	(785)	-	-	-	(785)
Depreciação e amortização	(2.849)	(121)	-	-	(2.970)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(335)	-	(335)
Provisões para processos judiciais	-	(4)	-	-	(4)
Indenização de seguros	-	-	-	37	37
Outras despesas operacionais	-	(85)	-	-	(85)
Total	(12.004)	(977)	(335)	37	(13.279)

	2024				
	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal	(4.156)	(12)	-	-	(4.168)
Material	(370)	(164)	-	-	(534)
Serviço de terceiros	(1.328)	26	-	-	(1.302)
Serviço de terceiros - partes relacionadas	-	(583)	-	-	(583)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.316)	-	-	-	(2.316)
Encargos do uso de rede elétrica	(899)	-	-	-	(899)
Seguros	20	-	-	-	20
Depreciação e amortização	(6.708)	(119)	-	-	(6.827)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(126)	-	(126)
Provisões para processos judiciais	-	(4)	-	-	(4)
Indenização de seguros	-	-	-	226	226
Outras despesas operacionais	-	(31)	-	-	(31)
Total	(15.757)	(887)	(126)	226	(16.544)